

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução



Autorização diz que árvores não eram protegidas

Bennett: prefeitura ignorou decreto da prefeitura

O documento da Prefeitura do Rio que, em 2025, autorizou a derrubada de 71 árvores do terreno do antigo Instituto Bennett negou que elas estivessem protegidas — em 2014, porém, o prefeito Eduardo Paes assinara decreto que as declarava “imunes ao corte”. Obtida pelo Correio Bastidores via Lei de Acesso à Informação, a Autorização para Remoção de Vegetação n.º 2025/00120 foi assinada em 17 de outubro por Douglas da Silva Moraes do Nascimento, subsecretário de Controle e Licenciamento Ambiental, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Após permitir o corte, o documento ressalta: “Não existe sobre as árvores nenhuma proteção legal”.

Tombamento por Paes

Como o Correio destacou no último dia 12, Eduardo Paes (PSD), cumpria seu segundo mandato na prefeitura quando, em janeiro de 2014, assinou o decreto nº 38.253, que tombava o prédio do Bennett, no Flamengo, construído em 1859, e protegia as árvores. Em julho de 2024, mesmo com a proibição do corte, o que inviabilizava empreendimentos no terreno, o Banco BTG Pactual pagou R\$ 60 milhões pela área.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Em 2014, prefeito assinou decreto que protegia árvores

Outras licenças não mostradas

Em agosto do ano seguinte, a prefeitura permitiu o corte das árvores e, em outubro, emitiu a autorização. O BTG Pactual e o empresário Rogério Chor querem construir dois prédios no local. No último dia 10, a prefeitura disse à coluna que o projeto também fora licenciado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro .

Explicações pedidas

A coluna pediu cópias dessas supostas outras licenças à assessoria do prefeito (no dia 10) e via LAI (no dia 13). Até ontem, os documentos não haviam sido entregues. Ontem, o Correio Bastidores também pediu explicações para o fato de a autorização para o corte negar a existência do decreto de 2014. As árvores foram cortadas no dia 30; semana passada, a Justiça embargou a contrução.

CPMI do caos

Apesar de todo o barulho que setores da oposição vêm fazendo em torno da criação de uma CPMI do Banco Master, quem conhece o Congresso acha difícil que a comissão seja instalada. Entre outros problemas, tudo indica que o caso vai gerar confusão para muita gente, de vários partidos. Até para igrejas.

Prazo curto

Outro problema é o ano eleitoral. CPLs têm prazo inicial de 120 dias. Ou seja, uma comissão que seja criada depois do Carnaval iria durar até, mais ou menos, o fim de junho. Poderia, dependendo de seu efetivo início de trabalhos, chegar a julho. E suas exce-lências precisam ir para as ruas fazer campanha eleitoral.

Rei Davi

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) será a grande estrela da reabertura dos trabalhos legislativos. Caberão a ele algumas das mais importantes decisões a serem tomadas em 2026, como CPMI do Master, prorrogação da CPMI do INSS e sessão para derrubada de veto de Lula à dosimetria.

Briga no samba

A briga no mundo do samba esquentou de vez. Presidente da Porto da Pedra, Fábio Montebelo ameaça ir à Justiça e ao Ministério Público contra decisões da Liesa (liga que reúne escolas do Grupo Especial) que, segundo ele, prejudicam as da Série Ouro (espécie de segunda divisão). A grande questão, como sempre, é grana.

Sem patrocínio

Montebelo diz que a organizadora da Série Ouro, a Liga RJ, é impedida de vender espaços publicitários no Sambódromo mesmo sexta e sábado, dias de seus desfiles. E também não recebe nada dos patrocinadores da festa principal. No dia 21, o Diário Oficial publicou a cessão gratuita da Sapucaí para a Liesa.

Dúvida

Presidente da Associação dos Correspondentes Estrangeiros, Edmar Figueiredo diz que a autorização para captação de imagens em movimento na concentração das escolas ainda não foi resolvida. Como a coluna publicou, a Liesa disse a jornalistas que haveria a permissão, mas, segundo Figueiredo, o impasse continua.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Moraes quer todos os detalhes da rotina na prisão

Moraes quer conhecer toda a rotina de Bolsonaro

Agentes da Papudinha têm cinco dias para detalhar

Por Gabriela Gallo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) tem até cinco dias, a contar a partir desta segunda-feira (26), para apresentar um relatório detalhado de como está a rotina do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no 19º Batalhão da PMDF dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, conhecido como Papudinha. Com isso, os agentes de segurança responsáveis têm até o final desta semana para encaminhar o documento. O relatório precisa detalhar, desde o primeiro dia em que Bolsonaro chegou na Papudinha (15 de janeiro), as visitas que o ex-presidente recebeu, sejam de parentes, aliados, seus advogados e os médicos que o acompanham desde seus procedimentos cirúrgicos. Ainda sobre os problemas de saúde do ex-chefe de Estado, também precisam constar no relatório as consultas e atendimentos médicos realizados, além das sessões de fisioterapia – recomendadas pelos médicos do ex-presidente para que sejam realizadas no período noturno – e demais atividades físicas. Além disso, também precisam constar no documento elaborado pelos agentes penitenciários leituras de livros e outras eventuais ocorrências. Todas as informações precisam

contar data e horário. Desde o dia 15, Jair Bolsonaro cumpre pena no 19º Batalhão da PMDF dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, conhecido como Papudinha. Antes, ele estava detido na Superintendência da Polícia Federal (PF). Contudo, após familiares e advogados criticarem que o lugar onde o detento estava não tinha as condições necessárias para atender às demandas de saúde, ele foi transferido. Preso há dois meses, Jair Bolsonaro foi condenado por integrar o núcleo principal de um plano de golpe de Estado. Além do golpe para tomar o poder, a trama golpista também previa o plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do STF e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Alexandre de Moraes. Ele cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão. A depender do que for detalhado, os aliados do ex-presidente têm esperança de que ele tenha a prisão convertida para o regime domiciliar. Horas antes de Bolsonaro ser transferido para a Papudinha, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro se encontrou com Alexandre de Moraes e com o decano do Supremo, ministro Gilmar Mendes.